



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DE APOIO AOS VEREADORES DO PCP

Proposta nº 66 / 2023

Cria uma Rede de Instalações Sanitárias Públicas na cidade de Lisboa

Considerando que:

A. O desaparecimento progressivo de instalações sanitárias públicas e a crescente degradação das que persistem, por falta de gestão e manutenção, constitui um problema da cidade de Lisboa, conforme tem vindo a ser apontado por inúmeros munícipes, ao longo dos anos, manifestando preocupações das quais os vereadores do PCP têm vindo a fazer eco neste órgão;

B. A remissão da resolução do problema para o Concurso Público Internacional para a Publicidade em Espaço Público não deu, nem dará, resposta universal às necessidades existentes, nem assegurará, por si só, adequadas condições de acesso a instalações sanitárias no espaço público;

C. Dispor de uma rede de sanitários públicos, assim como de bebedouros, na cidade de Lisboa é um fator de promoção da saúde pública e de manutenção da higiene e salubridade do espaço público; porém, até agora, a sua existência não foi assegurada nem planeada de acordo com as necessidades da vida quotidiana de habitantes e visitantes da cidade;

Isto porque,

C1. Um adulto saudável precisa de beber cerca de 2 litros de água por dia. Quem pratica atividade física precisa de mais 1/2 a 1 litro de água por cada hora de prática. Em média, um adulto saudável urina 4 a 6 vezes num dia, com intervalo aproximado de 2 a 3 horas;

C2. Beber a quantidade de água adequada a uma vida saudável é indispensável;

C3. Ter equipamentos como casas de banho públicas, bem como bebedouros bem localizados, é por isso fundamental;

C4. No entanto, encontrar uma casa de banho, no espaço público, com condições adequadas é tarefa difícil em Lisboa;

C5. Para grande parte das pessoas que circulam diariamente na cidade, a escassez de casas de banho limpas, acessíveis, sem estarem associadas a consumo comercial em restaurantes e cafés é um problema concreto;

C6. Entre estes, grupos como os motoristas de táxi e de transportes públicos têm feito chegar reivindicações sobre a falta destes equipamentos pela cidade, em especial quando prestam serviço noturno, necessidades extensíveis a trabalhadores de serviços e de segurança, entre outros, que desenvolvem a sua atividade primordialmente no espaço público;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DE APOIO AOS VEREADORES DO PCP

C7. Também os adeptos do exercício físico ao ar livre que frequentam os parques da cidade para o desenvolvimento da atividade física ou as famílias que passeiam e desenvolvem a sua atividade lúdica, de brincadeira livre, necessitam que estes espaços estejam munidos deste tipo de equipamentos;

C8. Problema também para os turistas e visitantes, e particularmente relevante quando Lisboa, neste Verão, receber a realização da Jornada Mundial da Juventude, que representa uma afluência estimada em mais de cerca de 1 milhão de pessoas na cidade;

D. Acresce que,

D1. No Dia Mundial da Casa de Banho, em 19 de Novembro 2022, vários media revelaram uma sondagem europeia em que Lisboa figura entre as cidades com casas de banho com pior avaliação entre as capitais europeias;

D2. Em lugares centrais de Lisboa, sobretudo na proximidade de locais de vida noturna, a falta de sanitários gera situações de recurso indevido no espaço público, com impactos nas condições de higiene urbana e de salubridade do espaço público;

D3. Lisboa tem um conjunto de instalações sanitárias públicas, espalhadas pela cidade, algumas localizadas em jardins públicos (como a Mata de Benfica ou o Campo dos Mártires da Pátria, entre outras), que se encontram em mau estado, encerradas ou com horário reduzido;

D4. Há muito que não é feito um investimento na sua reabilitação, ampliação ou na sua adaptação a necessidades especiais como as das pessoas com mobilidade reduzida;

D5. Com a transferência de competências para as Juntas de Freguesia, o problema não só não se resolveu, como nalguns casos se agravou; uma parte dos equipamentos sanitários em espaço público foram estabelecidos com uso pago, ao abrigo do contrato de publicidade na via pública;

Acontece que,

E. A Jornada Mundial da Juventude exigirá o recurso à provisão de uma quantidade substancial de casas de banho temporárias; ora, importaria considerar que tal investimento camarário pudesse contribuir para colmatar parte das necessidades da cidade, representando um acréscimo de casas de sanitários públicos disponíveis;

F. O desenvolvimento da cidade e os novos desafios que enfrenta tornam imprescindível o planeamento de uma rede de sanitários públicos na cidade, de acordo com as necessidades dos residentes e visitantes, que articule a diversidade de tipologias a considerar em função da distribuição geográfica, inserção na diversidade tipo-morfológica do tecido urbano envolvente e de necessidades específicas de utilização



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DE APOIO AOS VEREADORES DO PCP

Assim e perante esta realidade a que urge dar resposta,

Os vereadores do PCP, reunidos em reunião pública a 22 de fevereiro de 2023 têm a honra de propor, tendo em consideração os procedimentos preconizados na alínea t), do nº1 do artigo 98º, do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação em vigor, que a Câmara Municipal de Lisboa delibere:

1. Fazer, em articulação com as Juntas de Freguesia, um levantamento que caracterize todas as instalações sanitárias públicas de Lisboa, o seu estado de conservação, necessidades e capacidades face aos lugares onde estão inseridas, com o objetivo de proceder à sua inserção numa futura rede da cidade de Lisboa;
2. Estabelecer, em articulação com as Juntas de Freguesia, um plano de reabilitação e construção de instalações sanitárias públicas, de modo a colmatar as insuficiências existentes, tendo em vista prover a cidade de uma rede com equipamentos sanitários permanentes, de uso livre, e devidamente adequados aos locais e solicitações específicas;
3. Considerar a aquisição de uma parte das casas de banho que vão ser requisitadas pela Câmara para atender à Jornada Mundial da Juventude, para a sua implantação em locais de enquadramento adequado, onde se verifique carência de sanitários públicos, como por exemplo os parques verdes da cidade, numa resposta a curto e médio prazo, sem prejuízo da construção da rede mencionada no ponto anterior;
4. A criação de uma aplicação informática que identifique as localizações e o estado de funcionamento, de bebedouros e de todos os sanitários e balneários públicos em Lisboa, para estar operacional em Julho de 2023;
5. Interceder junto das entidades que tutelam as concessões de espaços inseridos em infraestruturas (estações, terminais, interfaces) ou equipamentos coletivos, para eliminar restrições de utilização paga nas respetivas instalações sanitárias de acesso público.

Lisboa, 22 de fevereiro de 2023

Os Vereadores do PCP

João Ferreira

Ana Jara